



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
- Gabinete do Prefeito -

OFÍCIO Nº 1580/2021

Em 27 de julho de 2021.

Ao
Excelentíssimo Senhor
ALUÍSIO BOI
MD. Presidente da Câmara Municipal
Rua São Bento, 887.
CEP 14801-300 - ARARAQUARA/SP

Câmara Municipal de Araraquara

Protocolo: 5947/2021 **de 30/07/2021 14:28**
Documento: Resposta nº 1 ao Requerimento nº 586/2021
Interessado: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Destinatário: GER. DE EXPEDIENTE.

Senhor Presidente:

Com os nossos respeitosos cumprimentos, em resposta ao **Requerimento nº 0586/2021**, de autoria do Vereador **JOÃO CLEMENTE**, encaminhamos a inclusa cópia do Ofício expedido pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Participação Popular.

Colocando-nos à disposição para o que for necessário, renovamos os protestos de nossa estima e consideração.

Atenciosamente,


EDINHO SILVA

Prefeito Municipal



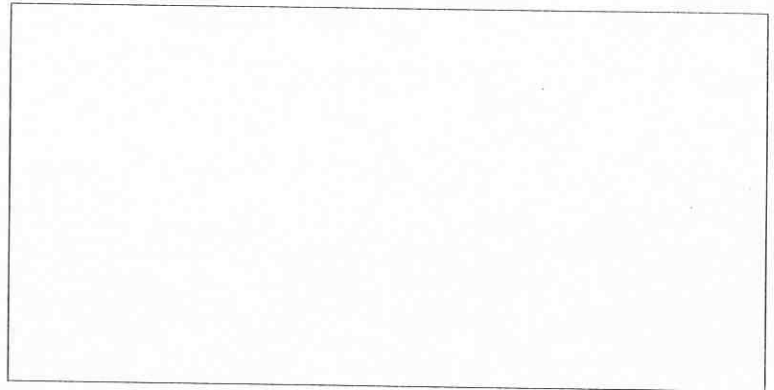
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Araraquara, 26 de julho de 2021

Of. 027/2021-SDHPP

A/C

Chefia de Gabinete



Assunto: Resposta ao requerimento Nº 586/2021

Prezados,

Com os meus cordiais cumprimentos, venho por meio deste prestar as informações solicitadas pelo requerimento n 586/2021 sobre o Plano Municipal de Política sobre Drogas, de acordo com a manifestação à Coordenadoria de Direitos Humanos das diversas secretarias envolvidas na implementação da referida política pública.

No aguardo de vossa verificação e retorno, despeço-me grata pela atenção e me coloco a disposição para os esclarecimentos que se fizer necessário.

Atenciosamente,

Amanda Vizoná

Secretária de Direitos Humanos e Participação Popular

AMANDA VIZONÁ
Secretária Municipal de
Direitos Humanos
e Participação Popular



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Participação Popular
Coordenadoria Executiva de Direitos Humanos
coordireitoshumanos@araraquara.sp.gov.br



Araraquara, 26 de julho de 2021.

OFÍCIO – nº CEDH 42/2021

A/C

Amanda Vizoná
Secretária Municipal de Direitos
Humanos e Participação Popular

ASSUNTO: Solicitação de contratação de
Jovem Cidadão



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Seção de Protocolo

Abertura: 26/07/2021 - 16:31:17 **Process** 43254/2021
Requerente: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Assunto: COMUNICA
Distribuição: P.M.A-3-Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Participação Popular

Com meus cordiais cumprimentos, venho por meio deste apresentar as respostas

ao requerimento nº 586/2021 em anexo a este ofício. Cabe ressaltar que diferentes secretarias foram consultadas para construção deste documento, com intuito de angariar, de forma detalhada, todas as informações solicitadas.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos, ou providências.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Renato Tonia Ribeiro

Coordenador Executivo de Direitos Humanos

Fones: (16) 3301-5104/ (16) 988226939



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Participação Popular
Coordenadoria Executiva de Direitos Humanos
coordireitoshumanos@araraquara.sp.gov.br



- a. Até o momento, aqueles que passam por tratamento intensivo no CAPS recebem passe para facilitar a locomoção do indivíduo e, dessa forma, facilitar seu acesso ao tratamento.
- b. A qualificação de servidores, seja sobre o assunto do referido plano municipal, seja sobre qualquer outro assunto, acontece de forma continuada. São diversas as atividades realizadas que visem qualificar o servidor e, por consequência, o serviço ao público em geral. Nos anos de 2020 e de 2021, no entanto, mudanças foram impostas pela realidade e as atividades de formação e qualificação passaram a ocorrer de modo on line.
- c. As atividades esportivas e culturais nas praças dos bairros antes da pandemia foram executadas de forma pontual, inseridas no projeto “Saúde na Praça”. O projeto Saúde na Praça atende a população em geral, em praças da cidade, e oferece serviços de cuidados básicos à saúde a prática de esportes. Já as atividades culturais aconteciam durante eventos como “Sacode a Praça” e “Dia do Brincar”. No entanto, a pandemia trouxe a necessidade do distanciamento social e todas as atividades que demandassem a concentração de pessoas foram suspensas. Contudo, já no segundo semestre de 2021 as atividades voltarão a ocorrer presencialmente, ainda que com restrições importantes para evitar qualquer agravamento da situação sanitária do município. O “Saúde na Praça” retornará em agosto com atividades reduzidas, em dias variados entre segunda-feira e sexta-feira e em espaços específicos para que haja maior facilidade para controle de entrada de pessoas. No caso das Escolinhas de Esportes, as aulas das diferentes modalidades oferecidas acontecerão de segunda-feira a sexta-feira atendendo crianças e adolescentes de 6 a 16 anos. As oficinas culturais seguirão roteiro parecido, e retornarão suas atividades presenciais com restrição de pessoas e suas atividades serão implementadas em instituições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Participação Popular

Coordenadoria Executiva de Direitos Humanos

coordireitoshumanos@araraquara.sp.gov.br



parceiras. Além disso as oficinas culturais que são oferecidas de forma remota seguirão sendo ofertadas à população, uma vez que as atividades presenciais ocorrerão com número reduzido de pessoas.

- d. O projeto multidisciplinar com equipe feminina de prevenção voltado para crianças e adolescentes do gênero feminino em comunidades e assentamentos é um projeto prioritário para a Coordenadoria Executiva de Políticas para Mulheres. No entanto, o cenário pandêmico no qual vivemos desde 2020 inviabilizou a implementação de tal projeto, que segue como prioridade para o momento posterior à pandemia.
- e. A implementação de tal ponto é, na realidade, inviável. Isso devido ao direito de sigilo de informação por parte de todo cidadão que procura os serviços de apoio da rede. Isso impossibilita a criação de um único banco de dados com os antecedentes dos atendidos que possa ser consultado por qualquer servidor em qualquer área da administração pública.
- f. O Centro de Referência de Políticas sobre Drogas não foi implementado devido as restrições orçamentárias impostas pelo combate à pandemia do novo coronavírus. No entanto, o projeto segue sendo uma das prioridades da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Participação Popular, uma vez que tal equipamento é fundamental para pensar, projetar, articular e implementar políticas públicas que visem tratar da questão das drogas de maneira transversal e intersetorial.
- g. O protocolo de atendimento é constantemente atualizado de forma intersetorial. Diferentes representantes de diferentes secretarias participam do processo de revisão de protocolos vigentes e elaboração de novos protocolos. Além disso, sempre que um novo protocolo é estruturado ou quando um já existente é atualizado, servidores de diferentes secretarias passam por treinamento e capacitação baseados nessas novas diretrizes. Tais processos são longos devido a suas complexidades, mas trazem resultados muito satisfatórios tendo em vista



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Participação Popular
Coordenadoria Executiva de Direitos Humanos
coordireitoshumanos@araraquara.sp.gov.br



o efeito direto desses documentos no acolhimento dos usuários da rede de serviços municipais.

- h. Não foi implementada nenhuma ação no sentido de garantir transporte para familiares de internados em instituições dentro ou fora da cidade. Tal fato se deve, principalmente, pelo impacto orçamentário das ações de combate ao novo coronavírus, que incluíram a compra de aparelhos e abertura de novos leitos, entre outros. No entanto, os usuários em tratamento recebem passe de ônibus para se locomoverem aos espaços onde recebem os devidos tratamentos. Salientamos que existem impedimentos legais para que a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência social realize o pagamento desse tipo de transporte.
- i. A capacitação e qualificação de servidores da assistência social, saúde e educação acontecem nos espaços das respectivas secretarias, conforme a necessidade das equipes e as demandas dos usuários da rede. Quanto ao cuidado com o reestabelecimento de vínculos familiares, esse processo se dá nos espaços da assistência social, sempre vinculando a prestação do serviço ao território no qual reside o atendido.
- j. No momento não existe o projeto de implementação do CAPSi. É importante destacar que, desde maio de 2020, a Lei Complementar 173 proíbe que o poder público crie novos cargos públicos com intuito de evitar o aumento dos gastos com a folha de pagamento e tal Centro de Atendimento demandaria a contratação de novos servidores para cumprir o serviço com o grau de especialização e qualidade que este exige. Vale ressaltar, no entanto, que, por definição do próprio Ministério da Saúde, o CAPS II e o CAPS-AD (ambos existentes no município) atendem públicos de todas as faixas etárias.
- k. Não existem cursos profissionalizantes voltados para esse público específico. No entanto, o Programa de Incentivo a Inclusão Social (PIIS) atende a população vulnerável em geral do município. Caso a equipe note que algum dos beneficiários tem problemas devido à adicção, a pessoa é



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Participação Popular
Coordenadoria Executiva de Direitos Humanos
coordireitoshumanos@araraquara.sp.gov.br



prontamente encaminhada ao CAPS-AD, sendo a continuidade do acompanhamento uma condição para que o beneficiário continue inserido no programa.

- I. A prefeitura apoia espaços que ofertam esse serviço de acolhimento específico de acordo com o gênero. É o caso da São Pio, que usufrui de uma casa cedida pela própria prefeitura municipal para o atendimento de mulheres. Não existem hoje empreendimentos solidários voltados especificamente para pessoas em recuperação de dependência química. No entanto a Incubadora Pública de Economia Solidária, ligada a Coordenadoria Executiva de Trabalho e Economia Criativa e Solidária (CETECS), apoia cooperativas, desde sua formação até o momento posterior ao início de suas atividades, que são abertas para o público em geral. No momento a incubadora faz o acompanhamento formal de 4 cooperativas, além de prestar apoio a outras que buscam auxílio pontual do programa.
- m. A implementação de uma polícia comunitária nos bairros de maior risco pressupõe uma série de medidas desde a orientação específica para a atuação policial nessas comunidades até a construção de bases comunitárias nos territórios. Tal implementação é de responsabilidade da Polícia Militar, submetida ao poder executivo estadual, e até o presente momento o item não foi executado. A parceria com o Procon Estadual para fortalecer a fiscalização de estabelecimentos com intuito de coibir a venda de cigarros e bebidas para menores de idade não foi firmada. No entanto, esse trabalho é rotineiramente feito pela Vigilância Sanitária, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.). A Guarda Municipal passa por constantes processos de requalificação. Nos anos de 2020 e 2021 esse processo, no entanto, ficou prejudicado devido à pandemia. Além da dificuldade em realizar eventos e oficinas presenciais, a GCM foi intensamente utilizada no processo de fiscalização de cumprimento de protocolos sanitários. Na expectativa de um cenário melhor, a GCM, junto



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Participação Popular
Coordenadoria Executiva de Direitos Humanos
coordireitoshumanos@araraquara.sp.gov.br



da Escola de Governo, já está se organizando para a realização de um curso de requalificação, com carga de 80 horas e abordagem de diversos assuntos como direitos humanos e temáticas sobre drogas, a ser realizado em 2022. Além disso, há o processo de qualificação e formação dos novos guardas municipais. Esse curso de formação é oferecido aos novos membros da corporação aprovados em concurso. A carga horária é de 500 horas, carga sugerida pela Matriz Curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública, e todos os novos membros devem passar por essa formação e obter um mínimo de 75% de aproveitamento nas avaliações feitas ao longo do curso.

- n. O equipamento Consultório na Rua não foi implementado até o momento, devido aos impactos financeiros das medidas de combate aos efeitos da pandemia do novo coronavírus. A criação desse equipamento é, no entanto, uma das prioridades da secretaria de saúde e um projeto está sendo feito para sua implementação no momento posterior à pandemia com foco na ampliação do atendimento da população em situação de rua.
- o. Não há um protocolo de capacitação voltado especificamente para o treinamento e capacitação de servidores focado na redução de danos. Os protocolos de capacitação têm por regra a abordagem de todos os vieses que norteiam o apoio e tratamento dos usuários da rede municipal. Dessa forma, há um constante processo de qualificação e capacitação de servidores para a abordagem de usuários de drogas para aperfeiçoar o acolhimento destes indivíduos em suas múltiplas necessidades.
- p. Não houve implementação de tal protocolo, conforme explicado no item "o".
- q. Compreende-se que tal espaço se assemelha ao Centro de Referência de Políticas sobre drogas e que, como explicado acima no item "f", o projeto continua sendo uma prioridade para a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular, devendo ser implementado à médio prazo, a depender de obtenção de recursos.